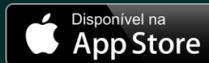


Baixe o App do CRECISP



# FISCALIZAÇÃO EM PARELHEIROS DESMONTA LOTEAMENTO IRREGULAR EM ÁREA DE MANANCIAL



Uma ação conjunta realizada em 28 de agosto de 2025, no bairro de Vila Marcelo, em Parelheiros, zona sul da capital, resultou no desfazimento de 27 construções ilegais erguidas em plena Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM). A operação, coordenada pela Subprefeitura de Parelheiros e com apoio de diversos órgãos, entre eles a Polícia Militar Ambiental, CETESB, GCM Ambiental, ENEL, CREA-SP e CRECISP, reforça a gravidade das ocupações irregulares em zonas ecologicamente sensíveis e revela a presença de uma cadeia clandestina de comercialização de terrenos.

A Rua Alfredo Reimberg, alvo da ação, integra região estratégica para o abastecimento de água da metrópole. No entanto, segundo o relatório da operação, foi constatada a abertura de ruas, instalação de guias, colocação de postes de energia e até a construção de casas de alvenaria em desacordo com a legislação ambiental. Em meio a essas práticas, foram identificadas famílias residindo no local, situação que amplia a complexidade social e jurídica do problema.

Durante a fiscalização, foram localizadas faixas e placas oferecendo terrenos à venda, com números de telefone de supostos vendedores. Um deles, identificado e autuado em flagrante pelo exercício ilegal da corretagem imobiliária. Segundo os fiscais do CRECISP, trata-se de um exemplo típico de como a especulação irregular se aproveita da vulnerabilidade social e da falta de informação para atrair compradores desavisados.

A operação resultou na demolição das construções irregulares e no corte do fornecimento de energia elétrica nos imóveis ilegais. Além disso, foram lavrados Autos de Constatação e instaurado processo para apurar responsabilidades civis e criminais. A Polícia Ambiental e a Subprefeitura de Parelheiros seguem investigando novos indícios para adoção de medidas administrativas e judiciais.

O CRECISP, além de participar da fiscalização, atuou na orientação aos moradores, alertando sobre os riscos de adquirir imóveis em áreas protegidas, que vão desde a perda patrimonial até possíveis sanções penais. A entidade reforçou a necessidade de realizar negociações apenas com corretores de imóveis devidamente registrados, como garantia mínima de legalidade e segurança nas transações.

O episódio de Parelheiros serve de alerta não apenas ao poder público, mas também aos investidores de perfil sofisticado que buscam oportunidades no mercado imobiliário brasileiro. Ao mesmo tempo em que a cidade de São Paulo enfrenta déficit habitacional, cresce a pressão sobre áreas de preservação, gerando conflitos que comprometem tanto o equilíbrio ambiental quanto a segurança jurídica.

A recomendação das autoridades é clara: qualquer aquisição deve ser precedida de consultas aos órgãos públicos competentes e de análise técnica e jurídica especializada, de modo a evitar prejuízos e a contribuir para a preservação dos recursos hídricos que abastecem a metrópole.



**TRANQUILIDADE** SÓ COM CORRETOR DE IMÓVEIS